



Estratégia

OAB

3º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab/)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Governador do Estado X, em processo de recuperação econômica, decide construir um presídio para atender às demandas da população, que de longa data reclama quanto às condições precárias do antigo estabelecimento prisional.

Para tanto, em ato assinado pelo próprio Governador, o Estado publica edital de licitação com antecedência de 20 (vinte) dias, na modalidade tomada de preços, do tipo técnica e preço, com o valor do contrato estimado em R\$ 5.650.000,00 (cinco milhões seiscentos e cinquenta mil reais) para realizar a execução da obra.

Após a homologação do procedimento licitatório, houve a adjudicação do seu objeto em favor da empresa “Construtora Bem Firme LTDA”, primeira colocada no certame que demonstrou ter cumprido todos os requisitos legais para assumir a execução da obra.

Contudo, são constatadas pela segunda colocada, a empresa “Extra Forte Construções LTDA”, uma série de irregularidades em vários pontos do procedimento licitatório. Assim, esta licitante decide impetrar mandado de segurança individual para anular o procedimento e exigir a publicação de novo edital com o refazimento de toda a licitação, cumprindo-se todos os requisitos legais.

No acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado X, observando-se a competência originária constante do seu Código de Organização e Divisão Judiciária, diante da autoridade coatora – Governador do Estado – os julgadores decidiram extinguir o processo com resolução do mérito.

Para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado X, meros vícios formais no procedimento licitatório não são suficientes para macular o ato inteiro. Além disso, inexistente qualquer irregularidade na contratação feita pelo Governador, sendo certo que refazer o procedimento licitatório, seria muito oneroso para o Estado X. Negou-se, portanto, a segurança

Ciente a empresa “Extra Forte Construções LTDA” de que este acórdão continha a unanimidade dos votos dos desembargadores que participaram do julgamento, a Impetrante opôs Embargos de Declaração que foram conhecidos mas não providos.

Tendo em vista que a publicação desta decisão ocorrera na última sexta-feira, redija a peça processual adequada com seus fundamentos para a defesa dos interesses de seu cliente “Extra Forte construções LTDA”.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Adilson, enquanto passeava pela vizinhança, encontrou um caminhão abandonado em um terreno baldio e passou a utilizá-lo para estabelecer sua lanchonete, na qual oferecia diversos lanches e bebidas.

O uso e a posse desse caminhão, com *animus domini*, vem perdurando por longa data, de modo que já estariam presentes todos os requisitos para a usucapião do mencionado bem móvel. Em razão disso, Adilson procura você para, na qualidade de advogado(a), orientá-lo na regularização e integração do caminhão ao seu patrimônio.

Na análise da documentação, você percebe que o bem é de propriedade de uma Autarquia Federal. Com base nisso Adilson formulou as seguintes indagações:

- A) O caminhão em questão é um bem público?
- B) Existe a possibilidade de integração de tal caminhão ao patrimônio de Adilson, através do instituto da usucapião?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

O município de Bem Longe tem interesse em preservar um bem de valor histórico de propriedade da União Federal, consistente na casa em que nasceu e viveu um pintor famoso nacional e internacionalmente. O município pretende que o imóvel seja preservado e mantido inalterado, com o intuito de salvaguardar o patrimônio artístico nacional.

Com base nesses fatos, responda às questões a seguir.

- A) A municipalidade deverá utilizar qual instituto para preservar o bem?
- B) No caso em comento, poderá o município realizar esta intervenção na propriedade da União Federal?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

O Governador do Estado Y decide conceder a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para uma associação civil constituída há 2 anos, sem fins lucrativos, que visa proteger o meio ambiente (Associação Amigos do Meio Ambiente).

Após realizar tal concessão, o Estado Y celebra contrato de gestão com a associação em comento para fornecimento de equipamentos sofisticados de mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) e também das áreas de Reserva Legal existentes no território do Estado.

Com base nos fatos apresentados, responda às questões a seguir.

- A) O Governador do Estado é competente para conceder esta qualificação de OSCIP à Associação mencionada no enunciado da questão?
- B) A Associação Amigos do Meio Ambiente é elegível para a concessão da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

O município Alfa fez o recadastramento dos seus servidores efetivos e constatou a existência de 08 (oito) bacharéis em direito exercendo variadas funções dentro da estrutura administrativa. Todos estes foram devidamente aprovados mediante concurso público, mas para cargos de nível médio.

Posteriormente, a Administração Pública verificou a existência de 12 (doze) cargos vagos para procurador municipal, decorrentes de aposentadorias e demissões que ocorreram nos últimos anos.

Considerando a necessidade de preencher tais vagas, o município decidiu, mediante lei, reorganizar sua estrutura funcional e reenquadrar estes servidores bacharéis em direito como procuradores municipais.

Com base nisso, responda às perguntas a seguir.

A) A medida utilizada pelo município é válida? [0,65]

B) Caso o município decida fazer concurso público, poderá o edital estabelecer limite de idade para acesso ao cargo público de procurador municipal?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	